

Zeitschrift:	Schweizerisches Handelsamtsblatt = Feuille officielle suisse du commerce = Foglio ufficiale svizzero di commercio
Herausgeber:	Staatssekretariat für Wirtschaft
Band:	94 (1976)
Heft:	108
Anhang:	Ordonnance sur les taux des droits de douane applicables aux marchandises provenant de l'AELE, des CE et de la Finlande
Autor:	[s.n.]

Nutzungsbedingungen

Die ETH-Bibliothek ist die Anbieterin der digitalisierten Zeitschriften auf E-Periodica. Sie besitzt keine Urheberrechte an den Zeitschriften und ist nicht verantwortlich für deren Inhalte. Die Rechte liegen in der Regel bei den Herausgebern beziehungsweise den externen Rechteinhabern. Das Veröffentlichen von Bildern in Print- und Online-Publikationen sowie auf Social Media-Kanälen oder Webseiten ist nur mit vorheriger Genehmigung der Rechteinhaber erlaubt. [Mehr erfahren](#)

Conditions d'utilisation

L'ETH Library est le fournisseur des revues numérisées. Elle ne détient aucun droit d'auteur sur les revues et n'est pas responsable de leur contenu. En règle générale, les droits sont détenus par les éditeurs ou les détenteurs de droits externes. La reproduction d'images dans des publications imprimées ou en ligne ainsi que sur des canaux de médias sociaux ou des sites web n'est autorisée qu'avec l'accord préalable des détenteurs des droits. [En savoir plus](#)

Terms of use

The ETH Library is the provider of the digitised journals. It does not own any copyrights to the journals and is not responsible for their content. The rights usually lie with the publishers or the external rights holders. Publishing images in print and online publications, as well as on social media channels or websites, is only permitted with the prior consent of the rights holders. [Find out more](#)

Download PDF: 16.01.2026

ETH-Bibliothek Zürich, E-Periodica, <https://www.e-periodica.ch>

**Ordonnance
sur les taux des droits de douane applicables aux marchandises
provenant de l'AELE, des CE et de la Finlande**

(Ordonnance sur le libre-échange)

Modification du 21 avril 1976

Le Conseil fédéral suisse arrête:

I

Le texte des positions tarifaires 1704.20, 1704.30, 1806.30, 1901.01, 1902.10, 1902.20, 1903.01, 1907.20, 1908.10, 1908.20, 2101.12, 2107.10, 2107.20 et 2107.40 de l'annexe de l'ordonnance du 28 mars 1973 sur les taux des droits de douane applicables aux marchandises provenant de l'AELE, des CE et de la Finlande est modifié selon les indications ci-jointes.

N° du tarif	Taux pour les produits		N° du tarif	Taux pour les produits		N° du tarif	Taux pour les produits	
	des CE	de l'AELE		des CE	de l'AELE		des CE	de l'AELE
	Fr. par 100 kg brut	Fr. par 100 kg brut		Fr. par 100 kg brut	Fr. par 100 kg brut		Fr. par 100 kg brut	Fr. par 100 kg brut
1704.20	8.- 20 (1) + em + em	exempts 1806.30 42.- 3)	40.-	1902.40	4.- 1) + em + em	exempts 42 4.- 1) + em + em	exempts 50 4.- 1) + em + em	exempts 52 4.- 1) + em + em
22	8.- 20 (1) + em + em	exempts 1901.10 4.- 1) + em + em	exempts 20 2.- 1) + em + em	exempts 1902.04 2.- 1) + em + em	exempts 50 4.- 1) + em + em	exempts 52 4.- 1) + em + em	exempts 70 4.- 4) + em + em	exempts 70 4.- 4) + em + em
24	8.- 20 (1) + em + em	exempts 1901.10 4.- 1) + em + em	exempts 20 2.- 1) + em + em	exempts 1902.04 2.- 1) + em + em	exempts 50 4.- 1) + em + em	exempts 52 4.- 1) + em + em	exempts 70 4.- 4) + em + em	exempts 70 4.- 4) + em + em
30	10.- 60 (1) + em + em	exempts 1902.04 2.- 1) + em + em	exempts 06 2.- 1) + em + em	exempts 1903.01 2.- 1) + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em
32	10.- 60 (1) + em + em	exempts 1902.04 2.- 1) + em + em	exempts 06 2.- 1) + em + em	exempts 1903.01 2.- 1) + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em
34	10.- 60 (1) + em + em	exempts 08 2.- 1) + em + em	exempts 1903.01 2.- 1) + em + em	exempts 1907.20 3.- 1) + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em
40	10.- 60 (1) + em + em	exempts 10 2.- 1) + em + em	exempts 1907.20 3.- 1) + em + em	exempts 1907.20 3.- 1) + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em
42	10.- 60 (1) + em + em	exempts 14 2.- 1) + em + em	exempts 1907.20 3.- 1) + em + em	exempts 22 2.- 1) + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em
44	10.- 60 (1) + em + em	exempts 16 2.- 1) + em + em	exempts 1908.10 2.- 1) + em + em	exempts 30 2.- 1) + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em
46	10.- 60 (1) + em + em	exempts 18 2.- 1) + em + em	exempts 1908.10 2.- 1) + em + em	exempts 1908.10 2.- 1) + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em
48	10.- 60 (1) + em + em	exempts 20 4.- 1) + em + em	exempts 1908.10 2.- 1) + em + em	exempts 12 4.- 1) + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em
50	10.- 60 (1) + em + em	exempts 22 4.- 1) + em + em	exempts 1908.10 2.- 1) + em + em	exempts 14 4.- 1) + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em
52	10.- 60 (1) + em + em	exempts 30 4.- 1) + em + em	exempts 1908.10 2.- 1) + em + em	exempts 16 4.- 1) + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em
54	10.- 60 (1) + em + em	exempts 32 4.- 1) + em + em	exempts 1908.10 2.- 1) + em + em	exempts 20 12.- 1) + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em	- .60 + em + em

- 1) Produits du Danemark et du Royaume-Uni exempts + em
2) em = élément mobile
3) 1806.30: produits du Danemark et du Royaume-Uni Fr. 40.-
4) 1902.70: produits du Danemark et du Royaume-Uni exempts
5) 1907.30: produits de ce numéro, du Danemark et du Royaume-Uni:
- biscuits de mer et autres biscuits, chapelière exempts + em
- autres Fr. 3.- + em
6) 1907.30: - biscuits de mer et autres biscuits, chapelière exempts + em
- autres Fr. 3.- + em
7) 1908.16: produits de ce numéro, du Danemark et du Royaume-Uni:
- Danish pastry exempts + em
- autres Fr. 5.40 + em
8) 1908.16 - Danish pastry exempts + em
- autres Fr. 5.40 + em

II

Pour les produits du numéro 1806.30 du tarif, importés des Etats membres de l'AELE et de la Finlande, un taux de Fr. 40.- par 100 kg brut est fixé. Le Département fédéral des finances et des douanes est autorisé à arrêter, en accord avec le Département fédéral de l'économie publique, la date de l'entrée en vigueur de ce taux. Jusqu'à cette date le taux actuel (exempt) reste applicable.

III

La présente modification entre en vigueur le 1er juin 1976.

Berne, le 21 avril 1976

Au nom du Conseil fédéral suisse:

Le président de la Confédération,

Gnägi

Le chancelier de la Confédération,

Huber

**Ordonnance
fixant les droits de douane préférentiels et déterminant les pays
qui en bénéficient**

Modification du 21 avril 1976

Le Conseil fédéral suisse arrête:

Les taux s'appliquant aux positions tarifaires 1704.20, 1902.20, 1907.20, 2107.20 et 2107.40 de l'annexe I de l'ordonnance du 26 janvier 1972 fixant les droits de douane préférentiels et déterminant les pays qui en bénéficient sont modifiés selon les indications ci-après.

No du tarif	Taux ESP + GR	Taux autres PED	No du tarif	Taux ESP + GR	Taux autres PED
	Fr. par 100 kg brut	Fr. par 100 kg brut		Fr. par 100 kg brut	Fr. par 100 kg brut
1704.20	20.- + em ²⁾	20.- + em	1902.50	8.- + em	8.- + em
22	20.- + em	20.- + em	52	8.- + em	8.- + em
24	20.- + em	20.- + em	70	28.-	28.-
1902.20	8.- + em	8.- + em	1907.20	4.50 + em	4.50 + em
22	8.- + em	8.- + em	22	4.50 + em	4.50 + em
30	8.- + em	8.- + em	30	4.50 + em	4.50 + em
32	8.- + em	8.- + em	2107.20	5.50 + em	5.50 + em
40	8.- + em	8.- + em	90	—	—
42	8.- + em	8.- + em			— ¹⁾

¹⁾ ex 2107.90: Cœurs de palmiers exempts

²⁾ em = élément mobile

II

La présente modification entre en vigueur le 1er juin 1976.

Berne le 21 avril 1976

Au nom du Conseil fédéral suisse:

Le président de la Confédération,

Gnägi

Le chancelier de la Confédération,

Huber

N° du tarif	Taux pour les produits		N° du tarif	Taux pour les produits		N° du tarif	Taux pour les produits	
	des CE	de l'AELE		des CE	de l'AELE		des CE	de l'AELE
	Fr. par 100 kg brut	Fr. par 100 kg brut		Fr. par 100 kg brut	Fr. par 100 kg brut		Fr. par 100 kg brut	Fr. par 100 kg brut
1908.22	12.- 1) + em	exempts 2107.10 24.- 1) + em	exempts 2107.62 8.80 8) 9)	1902.50	8.- + em	8.- + em	1902.50	8.- + em
30	12.- 1) + em	exempts 11 24.- 1) + em	exempts 64 8.80 8) 9)	52	8.- + em	8.- + em	52	8.- + em
40	12.- 1) + em	exempts 12 24.- 1) + em	exempts 66 8.80 8) 9)	1907.20	4.50 + em	4.50 + em	1907.20	4.50 + em
50	12.- 1) + em	exempts 14 24.- 7) + em	exempts 70 8.80 10) 11)	22	8.- + em	8.- + em	22	4.50 + em
70	12.- 2) + em	exempts 20 2.60 1) + em	exempts 80 8.80 10) 1)	30	8.- + em	8.- + em	30	4.50 + em
72	12.- 2) + em	exempts 50 8.80 1) + em	exempts 82 8.80 1) + em	32	8.- + em	8.- + em	32	4.50 + em
76	12.- 1) + em	exempts 54 8.80 1) + em	exempts 84 8.80 1) + em	40	8.- + em	8.- + em	40	4.50 + em
2101.12	4)	exempts 5)	exempts 90 8.80 7)	42	8.- + em	8.- + em	90	—
2107.08	6)	exempts 60 8.80 8) 9)	exempts 8.80 7)					

- 1) Produits du Danemark et du Royaume-Uni exempts + em
2) 1908.70/72: produits de ces numéros, du Danemark et du Royaume-Uni:
- Danish pastry exempts + em
- autres Fr. 12.- + em
3) 1908.70/72: - Danish pastry exempts + em
- autres Fr. 12.- + em
4) 2101.12: - produits de ce numéro, excepté produits à base de chicorée torréfiée, des CE (sans le Danemark et le Royaume-Uni) Fr. 33.20
- produits de ce numéro, du Danemark et du Royaume-Uni:
- produits à base de chicorée torréfiée Fr. 40.-
- autres Fr. 29.-
5) 2101.12: - produits à base de chicorée torréfiée exempts
- autres Fr. 29.-
6) 2107.08: produits de ce numéro, du Danemark et du Royaume-Uni Fr. 120.-
7) Produits du Danemark et du Royaume-Uni:
- préparations émulsionnées du genre de celles utilisées en boulangerie ou pâtisserie, contenant en poids 10% ou plus de matières grasses Fr. 8.80 + em
- autres Fr. 8.80 + em
8) 2107.60/66: produits de ces numéros, du Danemark et du Royaume-Uni:
- préparations émulsionnées du genre de celles utilisées en boulangerie ou pâtisserie, contenant en poids 10% ou plus de matières grasses Fr. 8.80 + em
- autres Fr. 8.80 + em
9) 2107.60/66: préparations émulsionnées du genre de celles utilisées en boulangerie ou pâtisserie, contenant en poids 10% ou plus de matières grasses Fr. 8.80 + em
- autres Fr. 8.80 + em
10) 2107.70: produits de ce numéro, du Danemark et du Royaume-Uni:
- pâtes de café et graisses alimentaires sucrées Fr. 8.80 + em
- autres Fr. 8.80 + em
11) 2107.70: - pâtes de café et graisses alimentaires sucrées Fr. 8.80 + em
- autres Fr. 8.80 + em

**Ordonnance
régulant les contributions à l'exportation de produits agricoles transformés**

(Du 21 avril 1976)

Le Conseil fédéral suisse, vu les articles 3 à 10 de la loi fédérale du 13 décembre 1974 sur l'importation et l'exportation de produits agricoles transformés, arrête:

1. Produits de base et droit aux contributions

Article premier. Produits de base

¹ Des contributions sont accordées pour l'exportation des produits agricoles de base ci-après, en tant qu'ils sont exportés sous forme de produits alimentaires transformés ne relevant pas des chapitres 4 et 11 du tarif d'usage des douanes suisses:

Négoce du tarif d'usage des douanes suisses	Produits de base
ex 0401.01	lait frais
0401.20	crème de lait, fraîche
ex 0402.10	lait entier ou écrémé, en poudre
ex 0402.20	crème de lait, en poudre
ex 0402.30	lait condensé
0403.10/12	beurre
0405.20/22	œufs conservés
1101.10	farine de froment, de seigle, d'épeautre ou de mélange
1102.12	semoule de blé dur
ex 1102.14	autres produits de la mouture de céréales panifiables

² Des contributions sont également accordées pour les sucre et mélasse des numéros 1701, 1702 et 1703 du tarif des douanes, qui entrent dans la fabrication de marchandises exportées.

Art. 2. Droit aux contributions

¹ Les contributions à l'exportation sont accordées à condition que les produits de base aient subi une transformation suffisante. Le simple mélange de produits de base, leur simple empaquetage à l'usage du commerce de détail et les opérations du même genre ne constituent pas une transformation. La fabrication de sucre en morceaux et de sucre en poudre représente une transformation suffisante.

² Ne bénéficient pas de contributions à l'exportation:

- a) Les produits de base transformés en préparations alimentaires non usuelles;
- b) Les produits de base importés sous forme de mélanges ne relevant pas des chapitres 4 et 11 du tarif d'usage des douanes;
- c) Les produits de base dont le prix représentatif étranger défini à l'article 7 atteint ou dépasse le prix de seuil de la CEE.

2. Calcul de la contribution

21 Principes

Art. 3. Compétences

Le Département des finances et des douanes, avec l'accord du Département de l'économie publique, fixe les taux des contributions à l'exportation. S'il s'agit d'exportations à destination de certains pays qui offrent des conditions particulières facilitant l'importation, les taux des contributions peuvent être réduits ou ramenés à zéro.

Art. 4. Base de calcul

¹ Les taux des contributions à l'exportation sont fixés, pour chaque mois civil et par quintal de produits de base suivant la différence constante au cours de l'avant-dernier mois entre les prix représentatifs suisses et ceux de l'étranger.

² Pour les sucre et mélasse des numéros 1701, 1702 et 1703 et les œufs conservés des numéros 0405.20/22 du tarif des douanes, la contribution à l'exportation correspond au droit de douane perçu à l'importation de ces produits de base, le droit étant majoré, dans le cas des œufs conservés, de la taxe alimentant la caisse de compensation des prix des œufs.

³ Les subventions à l'exportation accordées en vertu d'arrêts spéciaux dans le domaine de l'économie laitière sont déduites des contributions à l'exportation.

Art. 5. Quantité de produits de base

¹ Les contributions à l'exportation se calculent d'après les quantités de produits de base entrant dans la fabrication des marchandises exportées. Les quantités sont déterminées en pour-cent, selon la formule de fabrication du produit exporté.

² S'il est prouvé que la fabrication entraîne des pertes par évaporation, la contribution à l'exportation se calcule d'après le pourcentage de la quantité de produits de base dans la marchandise exportée.

³ Il n'est pas accordé de contribution à l'exportation pour les pertes qui, dans la fabrication, ne proviennent pas de l'évaporation.

22 Prix représentatifs suisses et étrangers

Art. 6. Prix représentatifs suisses

¹ Sont réputés prix représentatifs suisses:

- a) Pour le lait entier en poudre, la crème en poudre et le lait condensé: le prix de référence, réduit de 200 francs par quintal pour le lait entier en poudre et le lait condensé, qui figure dans la liste de l'Union centrale des producteurs suisses de lait pour les contrats annuels portant sur 10 tonnes de lait entier en poudre destiné à l'alimentation humaine, d'une teneur de 25% de graisse du lait dans la matière sèche;
- b) Pour le lait écrémé en poudre: le prix de référence indiqué dans la liste de l'Union centrale des producteurs suisses de lait pour des contrats annuels portant sur 15 tonnes de lait écrémé en poudre destiné à l'alimentation humaine;
- c) Pour le lait frais et la crème fraîche: le prix de base du lait frais d'une teneur de 3,8 pour cent de graisse du lait;
- d) Pour le beurre: le prix de vente de la Centrale suisse du ravitaillage en beurre (BUTYRA) pour la qualité de beurre utilisée;
- e) Pour la farine et les autres produits de la mouture de céréales panifiables: la moyenne arithmétique des prix nets, relevés par l'Administration des blés, des farines blanche, mi-blanche et bise destinées à la fabrication de produits exportés;
- f) Pour la semoule de blé dur: la moyenne arithmétique des prix nets, relevés par l'Administration des blés, des semoules normale et spéciale destinées à la fabrication de produits exportés.

² Si le lait entier en poudre, la crème en poudre, le lait condensé ou la crème fraîche utilisés ont une teneur en graisse du lait inférieure ou supérieure de plus d'un pour cent à celle qui est indiquée au 1^{er} alinéa, lettres a) et c), le prix représentatif considéré est ajusté proportionnellement à cet écart.

³ Dans la mesure où les présentes dispositions n'en tiennent pas compte, le Département des finances et des douanes soustrait des prix suisses les rabais et autres montants représentant l'avantage qui découle, pour les entreprises de transformation, de possibilités d'approvisionnement particulières.

Art. 7. Prix représentatifs étrangers

¹ Les prix représentatifs étrangers des produits de base énumérés ci-dessous se calculent d'après la différence entre les prix de seuil de la CEE et le prélèvement appliqué par la CEE à l'importation du produit de référence correspondant:

Produits de base	Produits de référence
Lait entier en poudre, crème en poudre et lait condensé	Lait en poudre, obtenu par le procédé spray, d'une teneur en matières grasses de 26% en poids, en emballages d'un contenu de 25 kg ou plus
Lait écrémé en poudre	Lait en poudre, obtenu par le procédé spray, d'une teneur en matières grasses inférieure à 1,5% en poids, en emballages d'un contenu de 25 kg ou plus
Beurre	Beurre d'une teneur en matières grasses de 82% en poids

Farine et autres produits de la mouture de céréales panifiables

Semoule de blé dur

² Si le lait entier en poudre, la crème en poudre, le lait condensé ou le beurre utilisé a une teneur en graisse du lait inférieure ou supérieure de plus d'un pour cent à la teneur du produit de référence correspondant, le prix représentatif déterminé selon le 1^{er} alinéa est ajusté proportionnellement à cet écart.

³ Est réputé prix étranger du lait frais le prix indicatif qui a cours dans la CEE pour le lait frais d'une teneur de 3,7 pour cent de matières grasses. Pour la crème fraîche, ce prix est ajusté proportionnellement à la différence de la teneur en graisse du lait.

⁴ Les prix de seuil, les prix indicatifs et les prélevements exprimés en unités de compte sont convertis en francs suisses, d'abord selon les taux fixés par la CEE dans le secteur agricole pour la conversion de l'unité de compte en monnaies belgo-luxembourgeoise, danoise, française, hollandaise et ouest-allemande, puis, selon les cours de change moyens notés durant le mois considéré, à la Bourse de Zurich, entre ces monnaies et le franc suisse.

3. Prescriptions de procédure

Art. 8. Déclaration d'exportation

Si les contributions à l'exportation sont demandées, la déclaration d'exportation doit être établie sur la formule spéciale prévue pour les produits de base bénéficiant de la contribution.

Art. 9. Moment déterminant pour le taux de contribution applicable

La date de l'acceptation de la déclaration d'exportation par le bureau de douane est déterminante pour le taux de contribution applicable.

Art. 10. Demande de contribution

¹ Les contributions sont versées, sur demande, par la Direction générale des douanes, au fabricant des produits transformés qui sont exportés.

² La demande de contribution doit être adressée à la Direction générale des douanes sur formule officielle remplie de manière intégrale et conforme aux prescriptions.

³ Le fabricant de la marchandise établit une récapitulation des envois exportés d'après les coupons B de la déclaration d'exportation. La récapitulation est partie intégrante de la demande de contribution.

⁴ Aucune contribution n'est versée pour les demandes qui entraîneraient une contribution totale à l'exportation inférieure à 300 francs.

Art. 11. Période de demande et délai de péremption

¹ Les demandes de contribution peuvent comprendre les exportations effectuées durant une période de un à douze mois. Dans les cas d'espèce, la Direction générale des douanes peut fixer la période de demande.

² Le droit à des contributions d'exportation est périmé pour les produits dont l'exportation remonte à plus de 13 mois, à compter du premier jour du mois au cours duquel la demande parvient à la Direction générale des douanes.

Art. 12. Liste des marchandises exportées

Le fabricant fait parvenir à la Direction générale des douanes la liste des marchandises qui contiennent des produits de base bénéficiant de la contribution. La liste doit contenir toutes les données nécessaires à la détermination des quantités de produits de base donnant droit à la contribution.

Art. 13. Moyens de preuve

¹ Le fabricant tient un contrôle des marchandises utilisées pour la fabrication. Les documents de fabrication doivent au moins fournir les données suivantes: désignation du produit fabriqué; composition du produit (genre et poids, en particulier des produits de base utilisés); poids du produit obtenu; poids des pertes de fabrication dues à l'évaporation; date de la fabrication; signature de la personne responsable de la fabrication.

² La Direction générale des douanes peut exiger que les recettes, rapports de fabrication ou documents similaires lui soient présentés, ou que des échantillons en emballage original lui soient soumis.

³ Les contrôles des marchandises, rapports de fabrication, recettes, factures concernant les achats de produits de base, factures concernant les marchandises exportées, etc., doivent être tenus durant cinq ans au moins à la disposition de l'Administration des douanes.

Art. 14. Contrôles d'entreprise

¹ L'Administration des douanes peut, à l'improviste, procéder à un contrôle d'entreprise chez le requérant.

² Pour l'exécution de contrôles, les requérants doivent autoriser les fonctionnaires de l'Administration des douanes à visiter en tout temps leur entreprise et à consulter les documents; ils leur fournissent tous les renseignements nécessaires. Les requérants et leur personnel collaborent aux contrôles de la manière requise par les fonctionnaires qui en sont chargés.

Art. 15. Preuves insuffisantes

S'il apparaît, lors de l'examen d'une demande de contribution ou lors d'un contrôle d'entreprise, que les conditions pour le versement de contributions à l'exportation ne sont pas ou ne sont que partiellement remplies, le versement des contributions est refusé en tout ou partie, ou le remboursement des montants versés indûment exigé.

Art. 16. Taxes

La Direction générale des douanes perçoit une taxe représentant 2 pour cent du montant de la contribution à verser; la taxe ne sera toutefois pas inférieure à 10 francs ni supérieure à 500 francs.

4. Dispositions finales

Art. 17. Exécution

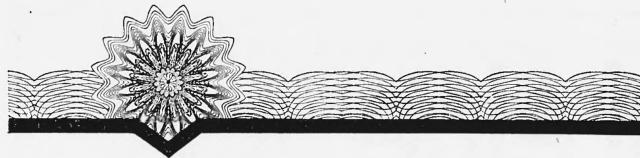
Le Département fédéral des finances et des douanes est chargé de l'exécution.

Art. 18. Entrée en vigueur

La présente ordonnance entre en vigueur le 1^{er} juin 1976.

Berne, le 21 avril 1976

Au nom du Conseil fédéral suisse:
Le président de la Confédération,
Gnägi
Le chancelier de la Confédération,
Huber



Merck Holding AG, Zug

6¾% Anleihe 1976–88 von Fr. 60000000

mit Solidarbürgschaft für Kapital und Zinsen
der E. Merck, Darmstadt

Der Erlös dieser Anleihe ist zur Konsolidierung von Bankkrediten sowie zur Finanzierung von Investitionen im In- und Ausland bestimmt.

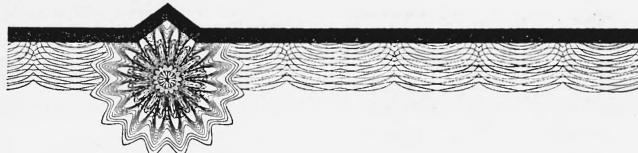
Anleihebedingungen

Stückelung:	Inhaberobligationen von Fr. 1000, Fr. 5000 und Fr. 100 000 Nennwert
Coupons:	Jahrescoupons per 1. Juni
Laufzeit:	längstens 12 Jahre; mit vorzeitigem Rückzahlungsrecht seitens der Gesellschaft ab 1. Juni 1984 mit degressiven Prämien
Kotierung:	an den Börsen von Zürich und Basel
Emissionspreis:	100%
Zeichnungsfrist:	10. bis 17. Mai 1976, mittags
Liberierung:	auf den 1. Juni 1976
Valorennummer:	115599

Zeichnungen werden von den schweizerischen Geschäftsstellen der unterzeichneten Banken spesenfrei entgegengenommen; ebenso halten diese den Interessenten den offiziellen Prospekt sowie Zeichnungsschein zur Verfügung.

Schweizerische Bankgesellschaft

Schweizerische Kreditanstalt Bank für Handel und Industrie
Schweizerischer Bankverein



Gessner AG, Wädenswil

Einladung zur 67. ordentlichen Generalversammlung

Dienstag, den 25. Mai 1976, 10.30 Uhr, Hotel Halbinsel, Au.

Traktanden:

1. Protokoll der 66. ordentlichen Generalversammlung vom 27. Mai 1975.
2. Abnahme des Geschäftsberichtes und der Jahresrechnung 1975 mit Bericht der Kontrollstelle.
3. Beschlussfassung über die Entlastung der Verwaltung.
4. Beschlussfassung über die Verwendung des Rechnungsergebnisses.
5. Änderung der §§ 2, 3, 4, 7 und 10 der Statuten und neu § 21.
6. Wahl der Kontrollstelle.
7. Verschiedenes.

Der Verwaltungsratspräsident:
M. Isler

Mewalux AG, Zürich

Einladung zur 14. ordentlichen Generalversammlung der Aktionäre

auf Donnerstag, den 20. Mai 1976, nachmittags 16.30 Uhr, im Büro der Fibora Holding AG, Seefeldstrasse 45, 8034 Zürich.

Traktanden:

1. Genehmigung des Protokolls der 13. ordentlichen Generalversammlung vom 13. Mai 1975.
2. Abnahme des Geschäftsberichtes und des Berichtes der Kontrollstelle.
3. Genehmigung der Jahresrechnung 1975 und Beschlussfassung über die Verwendung des Reingewinnes.
4. Décharge-Erteilung an die Verwaltung.
5. Wahl der Kontrollstelle.
6. Verschiedenes.

Die Jahresrechnung, der Jahresbericht und der Bericht der Kontrollstelle liegen am Sitz der Gesellschaft in Zürich und in Rickenbach AG zur Einsichtnahme auf. Für die Teilnahme an der Generalversammlung ist die Vorlage der Aktientitel oder eines rechtsgültigen Ausweises über den Aktienbesitz (Bank-Depotbescheinigung) unerlässlich.

Zürich, den 5. April 1976

Der Verwaltungsrat

Roco Conserver Rorschach

Einladung zur 60. ordentlichen Generalversammlung

Freitag, den 4. Juni 1976, punkt 10.30 Uhr, im Stadttheater, St. Gallen.

Traktanden:

1. Vorlage des Jahresberichtes und der Jahresrechnung sowie des Berichtes der Kontrollstelle über das Geschäftsjahr 1975.
2. Décharge-Erteilung an den Verwaltungsrat.
3. Beschlussfassung über die Verwendung des Jahresergebnisses.
4. Wahl des Verwaltungsrates.
5. Wahl der Kontrollstelle.
6. Mitteilungen und Umfrage.

Geschäftsbericht, Erfolgsrechnung, Bilanz und Bericht der Kontrollstelle sowie das Protokoll der 59. Generalversammlung liegen vom 17. Mai 1976 an im Büro der Gesellschaft zur Einsichtnahme durch die Aktionäre auf.

Inhaberaktionäre, die an der Generalversammlung teilnehmen wollen, bitten wir, sich bis spätestens Dienstag, den 25. Mai 1976, bei uns anzumelden, indem sie sich über ihren Aktienbesitz durch eine Bankbestätigung ausweisen, worauf wir ihnen eine Eintrittskarte zusenden werden.

Namenaktionäre, die am 10. Mai 1976 im Aktienbuch eingetragen sind, können die Eintrittskarten zur Generalversammlung gegen Einsendung des ihnen zugestellten Anmeldeformulars bis zum 25. Mai 1976 am Gesellschaftssitz anfordern.

Stellvertretung ist gemäss Art. 13 der Statuten nur durch einen andern Aktionär zulässig.

In der Zeit vom 10. Mai bis 5. Juni 1976 werden keine Handänderungen für Namenaktionen eingetragen.

Rorschach, den 30. April 1976

Der Verwaltungsrat

Gurit AG, Freienbach

Einladung zur 46. ordentlichen Generalversammlung der Aktionäre

auf Dienstag, de 25. Mai 1976, 15 Uhr, im Hotel Schwanen, Rapperswil SG.

Traktanden:

1. Vorlage des Geschäftsberichtes, der Jahresrechnung und des Berichtes der Kontrollstelle.
2. Beschlussfassung über den Geschäftsbericht und die Jahresrechnung.
3. Entlastung der Verwaltung.
4. Wahl der Kontrollstelle für die Amtsperiode 1976–1978.

Der Geschäftsbericht, die Erfolgsrechnung und der Bericht der Kontrollstelle liegen ab 12. Mai am Sitz unserer Gesellschaft in Freienbach zur Einsichtnahme der Aktionäre auf.

Die Eintrittskarten zur Generalversammlung können vom 10. Mai bis 20. Mai, 12 Uhr, gegen Legitimation über den Aktienbesitz bei der Schweizerischen Kreditanstalt, Zürich, oder beim Sitz der Gesellschaft bezogen werden, wo auch der gedruckte Geschäftsbericht erhältlich ist.

Freienbach, den 10. Mai 1976

Der Verwaltungsrat

«Winterthur»

Schweizerische Versicherungs-Gesellschaft

Die Aktionäre werden hiermit gemäss § 8 der Statuten zu der Dienstag, den 25. Mai 1976, 15.30 Uhr, im Grossen Saal des Stadthauses in Winterthur stattfindenden

100. ordentlichen Generalversammlung

eingeladen.

Geschäftsordnung:

1. Geschäftsbericht und Jahresrechnung 1975.
Bericht der Kontrollstelle.
Décharge-Erteilung an Verwaltungsrat und Geschäftsleitung.
2. Verwendung des Reingewinnes 1975.
3. Wahl in den Verwaltungsrat.
4. Wahl der Kontrollstelle.

Für die Stimmberichtigung sind die §§ 9 und 10 der Statuten massgebend.

Die Bilanz, die Gewinn- und Verlustrechnung, der Antrag des Verwaltungsrates über die Verwendung des Reingewinnes sowie der Bericht der Kontrollstelle liegen am Hauptsitz der Gesellschaft zur Einsicht durch die Aktionäre auf.

Den Namenaktionären werden die Eintrittskarten und die Geschäftsberichte von Winterthur-Versicherungen und Winterthur-Leben zusammen mit der Einladung zur Generalversammlung per Post zugestellt.

Die Inhaberaktionäre erhalten ihre Eintrittskarten direkt oder durch Vermittlung einer Bank beim Hauptsitz der Gesellschaft in Winterthur oder bei der Schweizerischen Bankgesellschaft in Zürich und ihren Niederlassungen nach Hinterlegung der Titel gegen Empfangsbescheinigung bis 18. Mai 1976. Der Geschäftsbericht wird ihnen auf Anforderung gerne zugeschickt.

Gemäss § 9 der Statuten kann jeder Aktionär sein Stimmrecht durch schriftliche Vollmacht an einen anderen Aktionär übertragen, wozu der Vordruck auf der Rückseite der Eintrittskarte dient. Bei Zustellung der blanko unterzeichneten Vollmacht an unseren Hauptsitz in Winterthur (Büro für das Aktienregister) sind wir gerne für Stellvertretung durch einen anderen Aktionär und Abgabe der Stimme im Sinne der Anträge des Verwaltungsrates besorgt.

Winterthur, den 29. April 1976

«Winterthur»
Schweizerische Versicherungs-Gesellschaft
Für den Verwaltungsrat:
H. Braunschweiler (Präsident)

Forbo AG, Zürich

vormals Continentale Linoleum-Union

forbo

Dividendenzahlung

Die Generalversammlung vom 7. Mai 1976 hat die Dividende für das Geschäftsjahr 1975 auf

Fr. 52.50 pro Aktie «Typ A» und

Fr. 210.— pro Aktie «Typ B»

festgesetzt. Die Auszahlung erfolgt vom 10. Mai 1976 an gegen Einreichung des Coupons Nr. 2 der Aktien «Typ A» und «Typ B» unter Abzug der eidgenössischen Verrcchnungssteuer von 35%, mit

netto Fr. 34.10 pro Aktie «Typ A» und

netto Fr. 136.50 pro Aktie «Typ B»

bei der Schweizerischen Bankgesellschaft in Zürich und deren Zweigniederlassungen.

Zürich, den 7. Mai 1976

Forbo AG
Der Verwaltungsrat

Leasing ist eine neue Möglichkeit, wie man den Absatz von Investitionsgütern belebt. ALF hat das nötige Leasing-Know How.



ALF

Wünschen Sie Auskünfte über Leasing, eine ausführliche Informations-Broschüre oder den Besuch eines Fachmannes?
Dann rufen Sie uns an, unverbindlich.

AUFINA LEASING + FACTORING AG
5200 Brugg, Badenerstrasse 11, Tel. 056 41 44 64

ALF ist ein Unternehmen der Bankgesellschaft. Gründungsmitglied des Verbandes Schweizerischer Leasing-Gesellschaften

International Standard Electric Corporation

4 1/4 %-Anleihe 1960-78 von Fr. 50 000 000.—

(Valoren-Nummer 880410)

Korrektur

In der am 4. Mai 1976 publizierten Auslosungsliste per 1. Juni 1976 sind die Nummern
12935 20466 23840 26828 26833 29831 30307 30854 39303 39684 49609 und 49704
durch
13935 30466 24840 36828 36833 39831 38307 40854 38303 49684 48609 und 48704
zu ersetzen.

Schweizerische Kreditanstalt

PAX-Anlage AG, Basel

Dividendenzahlung

Der Coupon Nr. 19 wird von heute an mit Fr. 5.– brutto, abzüglich 35% Verrechnungssteuer, somit Fr. 3.25 netto, bei folgenden Zahlstellen eingelöst.

PAX-Anlage AG, St. Alban-Anlage 15, 4002 Basel
Alle Generalagenturen der PAX, Schweizerische Lebensversicherungs-Gesellschaft
Schweizerische Volksbank, Gerbergasse 30, 4001 Basel
Société Bancaire Barclays (Suisse) SA, place de la Synagogue 6, 1211 Genève 11
Bank Hofmann AG, Talstrasse 27, 8022 Zürich

Basel, den 10. Mai 1976

Der Verwaltungsrat

PAX SA de Placements, Bâle

Paiement du dividende

Le coupon № 19 est payable dès aujourd'hui et sans frais par fr. 3.25 net (fr. 5.– brut, dont à déduire 35% d'impôt anticipé) auprès des établissements suivants:

PAX SA de Placements, St. Alban-Anlage 15, 4002 Bâle
Toutes les agences générales de la PAX, Société suisse d'assurance sur la vie
Banque Populaire Suisse, Gerbergasse 30, 4001 Bâle
Société Bancaire Barclays (Suisse) SA, place de la Synagogue 6, 1211 Genève 11
Banque Hofmann SA, Talstrasse 27, 8022 Zurich

Bâle, le 10 mai 1976

Le conseil d'administration

Etablissements Sarina SA, Fribourg

Les actionnaires sont convoqués en

assemblée générale ordinaire

pour le samedi 22 mai 1976, à 11 h., au siège social.

Ordre du jour :

1. Procès-verbal de l'assemblée du 17 mai 1975.
2. Rapport du conseil d'administration sur l'exercice 1975.
3. Comptes de l'exercice 1975;
rapport de l'organe de contrôle, délibération sur les comptes et sur le rapport de l'organe de contrôle.
4. Décharge au conseil d'administration, à la direction et à l'organe de contrôle.
5. Délibération sur l'utilisation du solde du compte de pertes et profits.
6. Nomination de l'organe de contrôle.
7. Elections d'administrateurs par suite d'expiration de mandats.
8. Divers.

Le rapport de gestion contenant les propositions du conseil d'administration, ainsi que le rapport de l'organe de contrôle, sont déposés au bureau de la société où les actionnaires peuvent en prendre connaissance.

Les cartes d'admission à l'assemblée générale seront délivrées par la société, jusqu'au 21 mai 1976, à 12 h., contre dépôt des titres au siège social ou un certificat bancaire attestant le dépôt des actions.

Fribourg, le 5 mai 1976

Le conseil d'administration

Société anonyme des Ateliers de Sécheron, Genève

Messieurs les actionnaires sont convoqués en

assemblée générale ordinaire

pour le lundi 24 mai 1976, à 16 h., au siège social de la société, 14, avenue de Sécheron, Genève, avec l'ordre du jour suivant :

1. Rapport du conseil d'administration pour l'exercice 1975.
2. Rapport de l'organe de contrôle sur les comptes dudit exercice.
3. Approbation des comptes, décision concernant le résultat et décharge à donner au conseil d'administration pour sa gestion.
4. Election d'administrateurs.
5. Election de l'organe de contrôle pour l'exercice 1976.
6. Divers.

Pour prendre part à cette assemblée, tout détenteur d'actions au porteur doit, avant le 19 mai 1976, déposer ses titres au siège de la société.

Le bilan, le compte de profits et pertes, le rapport de gestion ainsi que celui des contrôleurs, seront à la disposition des actionnaires dès le 14 mai 1976, au siège de la société.

Les transferts d'actions nominatives sont suspendus du 14 au 24 mai 1976.

Genève, le 30 avril 1976

Le conseil d'administration

Verlangen Sie vom Schweizerischen Handelsblatt unentgeltlich die Zusendung einer

Probenummer der Monatsschrift «Die Volkswirtschaft»